

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

RELATORIA

Painel: Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

Data: 29/02/2016, 9h às 10h30

Relator(a): Alexandre Araujo Godeiro Carlos – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)

29/02/2016 das 9h30min às 11h25min

Apoio: Cássio Felipe Bueno – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, por meio do Ministério das Cidades, promoveu o Encontro Rumo à Habitat III na Praça das Artes, Av. São João, nº 281, centro, São Paulo/SP, nos dias 29/02 a 01/03/2016, como atividade preparatória da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para acontecer em Quito, Equador, em outubro de 2016.

O objetivo do encontro foi compartilhar painéis com temas estruturais, sociais e urbanos no âmbito das “cidades” que permitissem ampliar o debate nacional e internacional, de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), relacionado ao tema de “Cidades Sustentáveis”. Tais assuntos também serão foco de grande parte dos debates que ocorrerão ao longo do evento.

A mesa 03 - SANEAMENTO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL ocorreu na data de 29/02/2016 das 9h30min às 11h25min, e teve como objetivo central discutir: Universalização, equidade, acesso adequado às infraestruturas de saneamento, atendimento de populações em situação de vulnerabilidade e residente em favelas e assentamentos precários.

2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

A mesa 03 - Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano Sustentável teve como moderador, o Sr. Paulo Ferreira (Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades), e os palestrantes: José Esteban Castro (Professor da Universidade de Newcastle, Reino Unido), Léo Heller (Relator Especial da Organização das Nações Unidas sobre água e saneamento e Pesquisador da Fiocruz), Bartíria Costa (Presidente da Confederação Nacional de Associação de Moradores - CONAM) e Luiz de Mello (Vice Diretor de Governança e Desenvolvimento Territorial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, França).

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades



Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

O moderador Paulo Ferreira apresentou o primeiro palestrante, o Sr. José Esteban Castro, e passou-lhe a palavra. Este, mostrou os fatores da crise do saneamento urbano que são a desigualdade estrutural no acesso a bens e a exposição a problemas ambientais urbanos, e avanços e retrocessos no processo de democratização da gestão da política do saneamento e ambiental. Apresentou as contradições do conceito de sustentabilidade, informou que logo no início o conceito de sustentabilidade era entendido como as noções de uma possível harmonia entre desenvolvimento que provém do sistema capitalista e a preservação ambiental, a tensão entre preservação ambiental e pobreza, a ênfase na preservação ambiental que visa subordinar a preocupação com a igualdade social e a negação da insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento pelo determinismo tecno-científico, entre outras. Apontou as lições dos objetivos de desenvolvimento do Milênio, e descreveu que um de seus objetivos era reduzir pela metade a proporção de pessoas sem acesso a serviços de água e saneamento, meta limitada em comparação com as metas de universalização da Década Mundial da Água (1980-1990). Informou que 11 países da América Latina e do Caribe não atingiram a meta estipulada para acesso a água e 19 países da América Latina e Caribe falharam no atingimento da meta estabelecida para esgotamento sanitário. Informou que são os dados oficiais, que não refletem a realidade em sua complexidade, como, por exemplo: o problema da qualidade da água fornecida, embora as pessoas tenham acesso à água. Ressaltou que nos países que conseguiram atingir as metas, também tem visto as crescentes desigualdades intranacionais no acesso a serviços. O citado objetivo pode até ter sido alcançado quando se analisa a média nos países. Porém, os mais pobres têm estado a margem da expansão de serviços. Em geral, esse objetivo só foi atingido nos setores de populações com renda mais alta. Com relação ao processo de democratização da política e da gestão do saneamento, o palestrante informou que as políticas públicas de saneamento ambiental estão longe de cumprir os critérios de democracia substantiva, especialmente para servir as comunidades vulneráveis, pois, segundo sua percepção, tais políticas são excludentes. Acredita que as políticas públicas para alcançar a universalização do saneamento básico devem estar embasadas no princípio da igualdade, investimentos de longo prazo, em vez de busca de ganhos econômicos a curto prazo. Por fim, apresentou as novas metas para o desenvolvimento sustentável que são: mudar radicalmente a ênfase predominante na promoção de parcerias público-privadas, que têm frequentemente servido para promover a privatização e a mercantilização do setor, apoiar fortemente o desenvolvimento da comunidade local, promover o fortalecimento da participação pública no setor, notadamente no campo das parcerias público-públicas, e reforçar a capacidade das autoridades de gerir e regulamentar o fornecimento de saneamento com qualidade e segurança.

O moderador Paulo Ferreira apresentou o segundo palestrante, Sr. Léo Heller, que iniciou a apresentação agradecendo o convite e parabenizou o Ministério das Cidades pela iniciativa de realizar o evento. Explicou que durante a apresentação iria promover um raciocínio que articulasse o saneamento básico e o direito as cidades e a moradia digna que é o tema central da conferência do Habitat III. Informou, também, que abordaria como tema conceitual os direitos humanos. Acredita que o conceito de direitos humanos é um tema importante para ser utilizado como instrumento de ações para garantir que este direito beneficie a todos. Mostrou três conjuntos de razões para se pensar o porquê dos direitos humanos serem uma chave importante do assunto. Primeiramente, é definido como conjunto de razões formais que são os diferentes acordos internacionais que consagram o direito humano à água e ao esgotamento sanitário. A seguir, apresentou os acordos mais importantes realizados no âmbito da ONU com relação ao saneamento básico, nos quais o Brasil é signatário, podendo ser citado o Pacto de 1966, dentre outros. Informou que é necessário não repetir os erros, reforçar os princípios de

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

atendimento universal, aderir a posturas que atendam ao interesse de todos, reforçar as parcerias públicas e melhorar a capacidade de autogestão. Enfatizou que as razões conceituais englobam o princípio da interdependência dos direitos e esclareceu que os direitos humanos não são isolados. Complementou que quando se coloca os direitos humanos no ponto central, deve-se considerá-lo, conjuntamente, com a perspectiva de universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário, principalmente, no que tange as populações mais vulneráveis. E finalizou, dizendo que ter os direitos humanos como chave central da discussão promove a igualdade de acesso aos serviços de saneamento básico da população historicamente excluída.

O moderador Paulo Ferreira apresentou a próxima palestrante, Sra. Bartíria Costa, que agradeceu o convite, e iniciou sua palestra ressaltando a importância da política de saneamento e revelou que não gosta do termo “sustentável”. Falou da necessidade de entender o que significa esse termo. Esclareceu que acesso aos serviços de saneamento básico é condição necessária à dignidade da pessoa humana como as demais políticas, acrescentou que não se pode dissociar as políticas públicas. Questionou como universalizar o acesso aos serviços de saneamento? Abordou a Lei 11.445/07 como um bom instrumento para a universalização progressiva do acesso ao saneamento, principalmente aos vulneráveis, mas precisa ser implantada. E a questão dos subsídios à população de baixa renda e dos vulneráveis, questionou como será solucionada. Informou que, por meio do estudo realizado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) foi possível concluir que as regiões Norte e Nordeste apresentaram sérios problemas de acesso aos serviços de saneamento básico. Propôs à implantação de políticas de inclusão social, regularização fundiária, combate as privatizações, política distributiva (tarifa social), desvinculação da questão econômica, entre outras ações. Informou que as PPP - Participações Público-Privadas, notadamente, no setor saneamento, em sua opinião, não atendem aos interesses das populações de baixa renda. Afirmou que o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB e os planos municipais de saneamento básico participativos são fundamentais para o fortalecimento das políticas e dos conselhos, proporcionando o empoderamento da sociedade nos espaços públicos e, acrescenta, que a exclusão dos mais pobres ocorre no Brasil e no Mundo. Encerrou, salientando a importância da não privatização, a prestação de serviços públicos de qualidade e maior inclusão social, para garantir os direitos essenciais de acesso às infraestruturas de saneamento, de água potável, de esgotamento, de moradia, à cidade e a liberdade de ir e vir.

O moderador Paulo Ferreira apresentou o quarto e último palestrante, o Sr. Luiz de Mello, que iniciou sua apresentação agradecendo a oportunidade de participação no evento. Apresentou um estudo realizado em 48 cidades do mundo, no qual foi avaliada a condição do acesso à água e ao saneamento. Dentre os principais desafios mundiais, está aquele que busca aliar as políticas de atendimento de água e esgoto em cidades ao crescimento populacional, e erradicar a desigualdade social. Informou que outro grande problema são as perdas dos sistemas de abastecimento de água, que necessitam de investimentos. Com relação ao panorama geral das cidades pertencentes ao estudo cruzando com o acesso ao saneamento, chega-se a duas grandes conclusões: uma parte atende quase a totalidade da população e em outras atendem uma pequena parcela, e mesmo as cidades que estão no topo do estudo, apresentam adversidades no interior dos países. Em relação ao Brasil, as questões que surgiram no estudo dizem respeito: ao acesso às infraestruturas, a satisfação dos usuários, a baixa capacidade de pagamento de tarifas, a falta de informação, aos efeitos de mudanças climáticas, e os desafios em relação à governança e o meio ambiente socioeconômico.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades



Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC



giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

Os 3 (três) questionamentos concedidos à plateia presente pelo moderador foram realizados ao final da mesa 03, conforme descrito a seguir.

A primeira pergunta foi realizada pelo Sr. Martin Smolka, representante do LILP – Lincoln Institute of Land Policy, que colocou uma questão do ponto de vista do financiamento na provisão de água e saneamento; argumentou que as áreas com provisão de serviço em relação às áreas que não tem o serviço tem um custo muito maior e acrescentou que a população pobre paga antecipadamente pela provisão de água e saneamento, mesmo não tendo acesso aos serviços. Informou que se deve resolver esta questão buscando formas de financiamento mais amplas e justas do que simplesmente por subsídios.

O segundo questionamento foi feito pelo Sr. Silvio Marques, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE, indagou qual o alcance da resolução da ONU do Direito Humano ao acesso à água e ao saneamento, quando se olha realidades tão diferentes, como a China e, em especial, o Brasil, e ainda, como essa resolução tem efetividade no seu alcance, e como fazer no nível local.

A terceira questão foi formulada pela Sra. Suzana, da Universidade de São Paulo – USP, que argumentou sobre a apresentação da Sra. Bartíria Costa, principalmente, do ponto de vista da falta de regularização fundiária, como seria possível a partir da Conferência do Habitat III promover pressão para que se efetive.

De imediato, o moderador Paulo Ferreira passou a palavra aos palestrantes para as respostas aos questionamentos formulados.

O palestrante Sr. Luiz Mello respondeu ao primeiro questionamento dizendo que há recursos para financiamento, mas falta governança para saber administrar, o que existe é a falta de engajamento dos governantes e dos usuários, com os investidores, entre outros.

A palestrante Sra. Bartíria Costa respondeu à terceira questão, informando que a regularização fundiária é extremamente importante para a urbanização e o atendimento das necessidades da população, para manter as pessoas em sua moradia com qualidade.

O palestrante Sr. José Esteban respondeu a segunda pergunta dizendo que as resoluções das crises da saúde e do saneamento, são um grande desafio. As políticas públicas estão sendo marginalizadas e, em sua opinião, os projetos existentes têm sido excludentes.

O palestrante Léo Heller afirmou que são três perguntas relevantes, a primeira se remete a mecanismos que buscam incluir os pobres e os subsídios que não funcionam em qualquer realidade, informou que existem estudos que mostram o contrário, muitos mecanismos que tentam incluir os pobres são regressivos, concorda com a questão da regularização fundiária e que aqueles que mais pagam são os que não usam os serviços. Ressaltou que os países devem progressivamente ampliar o acesso das populações utilizando o máximo de recursos disponíveis.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

- Superar os fatores da crise do saneamento urbano que são a desigualdade estrutural no acesso a bens e a exposição a problemas ambientais urbanos, e avanços e retrocessos no processo de democratização da gestão da política de saneamento e ambiental;
- Ultrapassar as contradições do conceito de sustentabilidade;
- Criar meios para que as políticas públicas de saneamento cumpram os critérios de democracia substantiva, especialmente para servir as comunidades vulneráveis;

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

- Fortalecer políticas públicas para alcançar a universalização do saneamento básico embasadas no princípio da igualdade;
- Privilegiar o planejamento e os investimentos de longo prazo em vez daqueles de curto prazo;
- Apoiar fortemente o desenvolvimento da comunidade local;
- Promover o fortalecimento da participação pública no setor, notadamente no campo das parcerias público-públicas;
- Reforçar a capacidade de regulamentar a prestação dos serviços de saneamento básico, com qualidade e segurança;
- Articular e tornar efetiva as questões de acesso ao saneamento básico aliado com o direito às cidades e à moradia digna;
- Reforçar as parcerias públicas;
- Melhorar a capacidade de autogestão;
- Apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Conceder efetividade ao Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- Tornar o acesso aos serviços de saneamento básico condição necessária à dignidade da pessoa humana;
- Definir os caminhos para universalizar o acesso aos serviços de saneamento;
- Implantar efetivamente as políticas que promovam a inclusão social e os instrumentos de regularização fundiária;
- Garantir os direitos essenciais de acesso às infraestruturas de saneamento básico, em especial, de água potável e de esgotamento, além da moradia digna;
- Mitigar e adaptar as condições das cidades aos efeitos de mudanças climáticas; e,
- Melhorar a governança e o meio ambiente socioeconômico.

5. CONCLUSÕES

As apresentações, discussões e questionamentos ocorridos durante a realização da Mesa 3 - SANEAMENTO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL apontam para as seguintes conclusões:

- O Brasil, como o resto do mundo tem que caminhar a passos largos na direção da garantia dos direitos a todos seus habitantes, em especial, as populações em situação de vulnerabilidade, que habitam as favelas, palafitas e locais de risco de alagamento/enchentes, desmoronamento e escorregamento. Estes direitos são aqueles referentes à pessoa humana, como acesso às infraestruturas de saneamento básico, à moradia digna, à informação, à gestão democrática, e ao empoderamento da população local;
- É preciso consolidar o planejamento do setor, notadamente, para ações de longo prazo, e garantir que o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB seja o instrumento norteador das ações e dos investimentos do setor. Suas diretrizes e metas deverão ser perseguidas com obstinação para que se possa alcançar a universalização do acesso ao saneamento básico neste país;
- É necessário fortalecer a posição de governança do município, notadamente, nos processos de inclusão social, com o empoderamento local, e da sustentabilidade econômica e ambiental das ações no setor de saneamento;
- Olhar a aquisição do acesso às infraestruturas de saneamento como fator decisivo para o bem estar individual e coletivo, com reflexos importantes nos campos do próprio saneamento,

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperación
alemana

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 03 – Saneamento Ambiental Urbano Sustentável

da habitação, do desenvolvimento urbano, da saúde pública, dos recursos hídricos e do meio ambiente;

- É essencial fortalecer e estimular o ambiente de parcerias entre os níveis governamentais, notadamente, àquelas publico-públicas.
- As três esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deverão empreender esforços conjuntos no sentido de universalizar o acesso aos serviços de saneamento, em especial, para as populações em situação de vulnerabilidade e implantar efetivamente políticas e planos que promovam a inclusão social, o desenvolvimento urbano e a implantação dos instrumentos de regularização fundiária.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz